

*Gramática e Identidade (Greco-)Romana: o caso do "prefácio" de Prisciano às Institutiones grammaticae (séc. VI d.C.)*¹

GRAMMAR AND (GRAECO-)ROMAN IDENTITY: THE CASE OF PRISCIAN'S
"PREFACE" TO THE *INSTITUTIONES GRAMMATICAE* (C. VI AD)

Fábio da Silva Fortes*

Resumo: A epístola de Prisciano a Juliano, que prefacia as edições modernas das *Institutiones grammaticae* (séc. VI d.C.), oferece interessantes aspectos do projeto discursivo desenvolvido pelo gramático latino em seu tratado gramatical. Entre eles, destaca-se o fato de o gramático evocar os autores gregos – e não os latinos – como os modelos que se pretende seguir. Embora a obra de Prisciano seja uma gramática cuja língua a ser descrita fosse o latim – e não o grego – entre os autores de tratados gramaticais citados, estão, por exemplo, os autores gregos Apolônio Díscolo (séc. II d.C.) e Herodiano (séc. III d.C.), enquanto não havia menção específica a qualquer autor latino – nem mesmo aos consagrados Varrão (séc. I a.C.) e Donato (séc. IV d.C.). Neste artigo, apresentamos uma avaliação dessa epístola, considerando, por um lado, sua relação com as *Institutiones grammaticae* em seu contexto de produção e destacando, por outro, o papel da memória discursiva e da *imitatio* como importantes elementos na elaboração de um discurso de afirmação de uma identidade cultural greco-romana, que se realiza, tanto

* Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2012). Professor Adjunto de Latim e Grego Clássico da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contato: fabio.fortes@ufjf.edu.br.

¹ Este artigo é produto da pesquisa de Doutorado, realizada no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, que contou com bolsa do CNPq, e incorpora elementos da tese defendida em 2012.

pela retomada dos aspectos técnicos da gramática grega de Apolônio Díscolo, quanto pela releitura crítica desse legado, diante da tradição latina.

Palavras-chave: Gramática latina. Identidade greco-romana. Discurso gramatical.

Abstract: Priscian's epistle to Julian, which prefaces the modern editions of his *Institutiones grammaticae* (c. VI AD), offers interesting aspects of the discursive project carried out by the grammarian. Among them, we highlight the fact that Priscian calls out the Greek grammarians – not the Latin – as the very models he intends to follow. Even though Priscian's treatise aims at describing the Latin language - not the Greek - this author calls out Greek grammarians for his explanations, such as Apollonius Dyscolus (c. II A.D.) and Herodian (c. III A.D), whereas there is not a single mentioning of any Latin author - not even the renowned Varro (c. I BC) or Donatus (c. IV A.D.). In this article, we aim at presenting an analysis for this epistle, both taking into consideration its relationship with the *Institutiones grammaticae* in its context of production, and pointing out the role of discursive memory and *imitatio* as important factors to produce a discourse in support of a Graeco-Roman identity, which is carried out on the one hand, by the revival of some technical aspects of the Greek grammar by Apollonius Dyscolus, and, on the other hand, by the critical reading of such legacy.

Keywords: Latin grammar. Graeco-Roman identity. Grammatical discourse.

Introdução

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado, como se cre erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (AUROUX, 1992, p. 12)

Na citação em epígrafe, da *Revolução tecnológica da gramatização* (1992), Sylvain Auroux sublinhava a historicidade e o caráter dinâmico da constituição

dos saberes em torno da linguagem. O saber metalinguístico – a despeito da etiqueta a ele frequentemente atribuído, sobretudo a partir do século XX, de “ciência” da linguagem, levando, com isso, a se pressupor uma organização e propriedades estáveis – possui, no entanto, “uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão, assim como um horizonte de projeção” (AUROUX, 1992, p. 11), o que significa dizer, em outras palavras, que se trata, antes, de um discurso sobre as línguas, e, portanto, de um discurso historicamente situado, resultante, como afirma Auroux (1992, p. 14), “de uma interação das tradições e do contexto”, implicando igualmente a existência de uma memória e de um projeto discursivo.

Na tentativa de transpor essa perspectiva à análise de um texto gramatical produzido na Antiguidade Tardia – as *Institutiones grammaticae*, de Prisciano de Cesareia (séc. VI) – temos como meta, neste artigo, avaliar a epístola que o gramático endereça a Juliano, patricio que lhe é contemporâneo, a quem apresenta não somente sua dedicatória, mas também o projeto de escrita desse monumental tratado acerca da língua latina que, nas edições modernas, perfaz mais de mil páginas (KEIL, 1885-1880). Por esse motivo, tal epístola prefacia a maior parte das edições modernas do texto de Prisciano. Especificamente, pretendemos mostrar que, nesse “prefácio”, a reflexão que Prisciano apresenta acerca de sua obra revela um discurso que, referendando, por um lado, o compromisso que assume com a tradição grega, especialmente a partir da obra de Apolônio Díscolo (séc. II d.C.), promove também certa reorganização dessa memória cultural, na construção de um novo projeto discursivo “greco-romano”, que parece reafirmar a unidade cultural do Império, diante das intensas transformações culturais ocorridas a partir do século IV.

As *Institutiones Grammaticae* no seu Contexto: observações breves

Embora autor de uma obra monumental, de larga repercussão na parte oriental do Império Romano, onde foi produzida, e de não menos vigorosa recepção no ocidente, a partir de sua descoberta na renascença carolíngia (BALLAIRA, 1989; LAW, 1992), poucos são, de fato, os testemunhos documentais antigos acerca desse gramático. Acredita-se ter vivido em Constantinopla no final do século V e início do século VI, por ter escrito um panegírico destinado ao imperador Anastácio I (491-518): *De*

laude Anastasii imperatoris. Um relato anônimo de sua vida, a *Vita Bernensis*, presente no comentário ao livro XVIII de suas *Institutiones grammaticae*, em um códice fragmentário do século XI², oferece alguns indícios biográficos:

Prisciano era, porém, cidadão cesarense, de origem romana, conforme na própria epístola revela. Todavia, como podemos falar de várias Cesareias, de qual delas teria sido oriundo é por muitos questionado. De fato, há a Cesareia Palestina, a Cesareia Augusta, a Cesareia Capadócia. Mas alguns afirmam que Prisciano é oriundo daquela Cesareia, que era colônia na África, também submetida ao Império Romano, conforme naquele tempo toda a África.³ (*Bern.*, GL VIII, 167)

A *Vita Bernensis* resume os fatos que a tradição fez acreditar dizerem respeito ao gramático Prisciano: nascido na Cesareia Mauritânia, no norte da África, de origem romana. A favor da “hipótese africana” acerca do nascimento e formação de Prisciano, há sem dúvida, além do peso da tradição, o fato de que as colônias africanas sofreram profundo processo de romanização, advindo dessa região importantes gramáticos latinos, tais como Donato, Carísio, Mário Vitorino, autores do século IV. Também no prefácio à edição de Keil (GL II), Martin Hertz (1981) destaca que o gramático é citado por apenas um de seus coetâneos conhecidos, Cassiodoro, na introdução de sua obra *De orthographia*: “do Prisciano gramático, que em nossa época foi mestre em Constantinopla”⁴. Também é o editor quem

² Códice AA 90, 29, frag. 4v-6r. Berna. Burgerbibliothek. In: KEIL, H. *Grammatici Latini* VIII, pp.167-169.

³ Para as referências de textos antigos, seguimos neste texto a convenção da área de Estudos Clássicos, apondo ao nome do autor o título abreviado da obra, o número do livro, parágrafos ou versos. Aproveitamos, ainda, para esclarecer que todas as traduções, salvo indicações em contrário nas Referências, são de nossa autoria. Estampamos, em notas de rodapé os textos originais. Cf. *Fuit autem [Priscianus] civis Caesarensis, Romanus genere, sicut ipse in epistula manifestat. Sed cum plures Caesareas legamus, de qua harum fuerit, a plerisque dubitatur. Nam Caesarea est Palaestina, Caesarea Augusta, Caesarea Cappadocia. Sed quidam adfirmant, Caesaream istam, de qua Priscianus oriundus fuit, coloniam Africam esse, subditam tamen Romano Imperio iam tunc temporis sicut et totam Africam.*

⁴ Cf. *ex Prisciano grammatico, qui nostro tempore Constantinopoli Romae doctor fuit.*

afirma ser seu nome completo *Priscianus Caesarensis Mauri*, o terceiro nome indicando a localização de seu nascimento, na Mauritânia, norte da África.

Conforme Ballaira (1989, p. 31) acrescenta, em meados do século V, o norte da África já sofria fortemente as modificações impostas pelo declínio da organização social do Império Romano em decorrência da entrada e instalação dos povos vândalos. Por esse motivo, que envolve, sem dúvida, um conflito cultural, muitos romanos letrados teriam deixado a África e seguido para regiões mais orientais (SWAIN; EDWARDS, 2008, p. 225).

Por outro lado, Constantinopla, por volta do ano de 500 d.C., gozava ainda do prestígio de ser a “Nova Roma”, tal como chamada pelo seu fundador, o imperador Constantino, no ano de 330 d.C. De fato, a relação dos constantinopolitanos com Roma é muito mais de continuidade que de ruptura⁵. Conforme destaca Robins (1993, p. 3), os bizantinos viam-se, de fato, como romanos (Ῥωμαῖοι), embora, em sua maioria, fossem falantes de uma variedade do grego antigo. Nesse período, o adjetivo “helênico” (ἑλληνικός) não mais se referia ao *status* presente, mas ao passado – à “Grécia Clássica” e seu legado, que, embora associados ao paganismo, eram profundamente valorizados, seja por romanos, seja por gregos. Os “romanos” de Constantinopla se tornaram, assim, os verdadeiros guardiões da civilização clássica greco-romana, fato que, sem dúvida, explica a profusão de gêneros enciclopédicos: comentários, gramáticas, dicionários, livros didáticos (KASTER, 1998).

É nesse contexto que, ao que parece, Prisciano se tornou mestre de latim na renomada Universidade de Constantinopla, conforme nos atesta também o epíteto que o qualifica em alguns dos códices de sua obra: *Priscianus Caesarensis doctor urbis Romae Constantinopolitanae* (grifo meu: ‘doctor’ era o título oficial de quem ensinava nas universidades da época). De resto, como Ballaira (1989, p. 39) acrescenta, a universidade em questão, criada à época de Teodósio I (379-395 d.C.), tinha como escopo formar a elite intelectual de onde eram egressos os funcionários imperiais. Não se estranha, portanto, a permanência de uma cátedra de latim em uma região onde jamais se deixou de ter o grego como a mais importante língua falada. Ou seja, na capital do

⁵ Auroux (1992, p. 42) chega a afirmar que “o fundo latino constitui um fator de unificação teórica que não tem equivalente na história das ciências da linguagem”.

Império, o latim permanecia ainda falado e escrito nos círculos da alta administração romana e da universidade. Vale lembrar que Justiniano foi um dos últimos imperadores a terem o latim como língua materna, sendo aquele que, conforme nos atesta a narrativa histórica, moveu seus esforços, ainda que, afinal, de forma vã, para reconquistar a parte ocidental do Império (VASILIEV, 1964, p. 133; LEMERLE, 1991, p. 45). Em suma, como Cameron (1993) afirma:

A cultura que era transmitida, dessa forma, era estritamente clássica em seu caráter, ainda baseada nos autores canônicos, especialmente latinos – Cícero, Salústio, Tito Lívio, Horácio e Virgílio. [...] Embora não houvesse um aparato de estado tal como o entendemos modernamente, aos professores eram, porém, garantidos privilégios do estado, sobretudo após 425 d.C., quando o imperador Teodósio II fundou uma ‘universidade’ em Constantinopla; as cadeiras ensinadas eram ‘Eloquência Latina’, dividida em oratória e gramática, e ‘*Facundia* grega’ (palavra diferente para a mesma coisa), dividida entre sofistas e gramáticos.⁶ (CAMERON, 1993, p. 152)

O lugar dos estudos de gramática grega e latina no conjunto das disciplinas da “Universidade de Constantinopla”⁷ revela que as habilidades

⁶ Cf. “The culture that was handed on this way was strictly classical in character, still based on the standard authors – in Latin, Cicero, Sallust, Livy, Horace and Virgil. [...] Though there was no state system in a modern sense, teachers were nevertheless granted privileges by the state, and in AD 425 the Emperor Theodosius II founded a ‘university’ in Constantinople; the subjects taught were ‘Latin Eloquence’, divided into oratory and grammar, and ‘Greek *facundia*’ (a different word for the same thing), the teaching of which was divided between sophists and grammarians [...]”.

⁷ Não aludimos aqui ao conceito moderno de universidade, que, em geral, pode ser considerado um desenvolvimento ocidental, datado da passagem da Idade Média para a Moderna. Antes, trata-se de instituição, cuja fundação se credita a Teodósio II, em 425, que oferecia instrução do “tipo universitário” (Cameron, 2009, p. 140), que tinha como escopo formar a elite intelectual de onde eram egressos os funcionários imperiais. Não se estranha a permanência de uma “cátedra de latim” em uma região onde jamais se deixou de ter o grego como a mais importante língua falada, mas onde, precisamente, sob Justiniano, se elaborou o mais importante *corpus* jurídico da época, o *corpus iuris civilis*.

em linguagem continuavam a ter, no século V, especial relevo para a formação do cidadão culto. No entanto, embora o latim – e não o grego, língua mais falada pelas camadas da população – fosse o idioma de maior prestígio político entre as elites, não se deve ignorar o “bilinguismo histórico” que caracterizou toda a história do Império Romano (VEYNE, 2009, p. 1) e era evidente, em particular, nessa região.

Além disso, parece-nos possível assumir, com Robins (1993, p. 5), que as constantes alusões à língua e literatura gregas presentes na obra de Prisciano possam ser reflexos do fato de as *Institutiones* terem como público-alvo falantes de grego como língua materna – haja vista que, em Constantinopla, o grego era a língua mais falada, ainda que o latim fosse a língua oficial da administração romana⁸.

No entanto, a alusão à cultura grega poderia também ter um significado discursivo mais amplo. De fato, com Baratin (1989), acreditamos que as aproximações entre as tradições culturais grega e latina possam responder a uma estratégia mais sofisticada de aproximar o ocidente latino e o oriente grego, uma aproximação que, embora situada no plano do discurso teórico sobre a língua, poderia refletir as condições históricas do momento. De fato, enquanto no plano da política externa o “século de Justiniano” (518-565) seria marcado pelas reconquistas do ocidente⁹, no plano da cultura interna,

⁸ Conforme Veyne (2009, p. 90) salienta, embora o latim não tenha se imposto à fala comum das províncias romanas – disso resulta o fato de algumas províncias de fala grega jamais terem abandonado sua língua em prol da fala latina –, o latim permaneceu até Justiniano (séc. VI), como a língua do *ius civile*: “os romanos tinham uma consciência tão aguda de que a identidade helênica lhes era refratária e continuava sendo sua grande rival que nenhum imperador é de origem grega. [...] Roma confirmava, assim, sua vocação exclusiva para o comando; do mesmo modo, impôs o latim como idioma do direito (decisão mantida até o reinado de Justiniano), obrigando os jovens gregos ambiciosos a aprenderem a língua para se tornarem funcionários”.

⁹ Conforme Lemerle (1991, p. 45): “Nós conhecemos sua ideia-diretriz: refazer o império romano. As grandes etapas são claras. Para ter liberdade de movimento no oeste, Justiniano liquida rapidamente a guerra persa. Depois, ele reconquista a África dos vândalos, a Itália dos ostrogodos, uma parte da Espanha dos visigodos. Se não atinge nenhuma das antigas fronteiras de Roma, consegue, pelo menos, fazer novamente do Mediterrâneo um lago romano”.

os discursos acadêmicos se prestariam a sublinhar as bases do mundo clássico greco-latino, para o que a latinidade teria se servido do helenismo para confrontar a crescente germanização da parte ocidental e reforçar a sua própria identidade cultural: “as *Institutiones* de Prisciano correspondem explicitamente ao mesmo desejo de fazer reviver os estudos latinos por uma espécie de retorno às fontes de inspiração gregas” (BARATIN, 1989, p. 369)¹⁰, fato que podemos também constatar na carta programática que prefacia as *Institutiones grammaticae*, que nos oferece argumentos para compreender o projeto da obra de Prisciano como um discurso de afirmação da unidade cultural do Império Greco-Romano, como veremos no próximo item.

O “Prefácio” de Prisciano: memória e defesa da identidade cultural

Poucos textos da Antiguidade possuíam o que hoje em dia chamaríamos de “prefácio”, *i.e.*, um texto introdutório, geralmente programático, que aborda de forma ampla e panorâmica o conteúdo de uma obra. No entanto, quem consulta a edição dos *Grammatici Latini* observará, logo no início dos textos de Prisciano, uma epístola que teria sido endereçada pelo gramático a certo patrício chamado Juliano (GL II, 1-3).

Personagem de história controversa, mas a quem Prisciano dedica as suas *Institutiones*, Juliano, como todo cidadão culto em Constantinopla, seria conhecedor de grego e latim (*non minus Graecorum quam Latinorum in omni doctrinae genere praefulgentem* – Prisciano, *Inst. gram.* VI, GL II, 194,5). Como Prisciano havia dedicado suas três obras mais antigas a Símaco, senador romano, acreditou-se que Juliano também pudesse ser de Roma, mas, conforme Ballaira (1989, p. 82) salienta, estudos mais contemporâneos levaram os filólogos a acreditar que se tratava do poeta epigramático Juliano, autor da *Anthologia Palatina*. Por ter sido *praefectus Vrbi* em Constantinopla à época de Anastácio I (491-518 d.C), o título de patrício e cônsul a ele

¹⁰ Cf. “Les Institutions de Priscien correspondent explicitement au même désir de revivifier les études latines par une sorte de retour aux sources d’inspiration grecques”.

atribuídos parecem justificar-se¹¹.

Ao longo dessa epístola, não somente se destacam elementos que delineiam o projeto de escrita das *Institutiones*, mas se enfatiza especialmente a relação entre essa obra e a tradição de pensadores gregos à qual ela faz referência, como se pode ver no trecho transcrito abaixo:

Reconheço que os latinos tenham tornado célebres em sua própria língua a arte da eloquência e todos os gêneros do conhecimento que, com notoriedade, brilham derivados das fontes gregas; vejo-os, ainda, seguir os passos daqueles em todas as artes liberais, e não somente as que foram por eles apresentadas com correções, mas também, por amor aos mestres, vejo-os reproduzir alguns dos enganos deles, nos quais, estou convencido, a antiquíssima arte da gramática teria incorrido. Seus autores, quer sejam os mais jovens, quer sejam os mais sábios, são corroborados pelo julgamento de todos os mais eruditos, e teriam florescido pelo talento e prevalecido pela diligência – com efeito, o que de mais seguro que a arte de Herodiano, o que de mais esclarecido que as buscas minuciosas de Apolônio pode ser encontrado?¹² (PRISCIANO, *Ep. ad. Iul.*, GL II, 1,1-11)

Logo na introdução de sua epístola, Prisciano já destaca o valor conferido aos valores consagrados pela tradição: é o procedimento de “seguir os passos” daqueles que o precederam na escrita de todas as artes (*in omnibus*

¹¹ Não nos cabe aqui entrar nos detalhes da organização política da sede do Império Romano em Constantinopla. Para maiores desdobramentos dessa questão, bem como para as diferenças dos cargos oficiais em Constantinopla, em relação a Roma, recomendamos a leitura da bibliografia em que nos baseamos nesta passagem: Lemerle (1991), Ballairá (1989), Cameron (1993) e Swain & Edwards (2008).

¹² Cf. *Cum omnis eloquentiae doctrinam et omne studiorum genus sapientiae luce praefulgens a Graecorum fontibus derivatum Latinis proprio sermone inuenio celebrasse et in omnibus illorum uestigia liberalibus consecutos artibus uideo, nec solum ea, quae emendate ab illis sunt prolata, sed etiam quosdam errores eorum amore doctorum deceptos imitari, in quibus maxime uetustissima grammatica ars arguitur peccasse, cuius auctores, quanto sunt iuniores, tanto perspicaciores, et ingenii floruisse et diligentia ualuisse omnium iudicio confirmantur eruditissimorum — quid enim Herodiani artibus certius, quid Apollonii scrupulosis quaestionibus enucleatius possit inueniri?*

illorum uestigia liberalibus consecutos artibus). No entanto, embora houvesse na tradição gramatical latina tratadistas de grande renome – Varrão e Donato, por exemplo –, são os gregos que Prisciano evoca em sua obra. Por esse motivo, ele apresenta em seu prefácio uma importante dimensão da memória de uma tradição discursiva que será retomada ao longo de toda sua obra: trazer à tona não todo (ou qualquer) discurso sobre a língua, presentes na tradição gramatical, mas especialmente os gregos.

Com efeito, “seguir os passos dos antigos” parece, à primeira vista, soar como a repetição de uma fórmula que resume um procedimento comum ao longo de toda a tradição intelectual romana – de fato, a observância dos costumes dos antepassados, o *mos maiorum*, estava na base daquela cultura (ROCHA PEREIRA, 2006, p. 347), já enunciada, por exemplo, na célebre passagem de Ênio (frag. 500, séc. III a.C.): “Roma se ergue sobre os costumes e homens antigos” (*Moribus antiquis res stat Romana uirisque*).

A um segundo olhar, a proposta de “seguir os passos” revela uma apropriação seletiva dessa memória. Como vimos, Prisciano não menciona toda a tradição indistintamente, mas confere destaque para os autores gregos, entre os quais, especialmente, Apolônio Díscolo. Do mesmo modo, ao longo de sua obra, Prisciano cita autores gregos e latinos ao abordar e exemplificar questões de linguagem, mas não o faz aleatoriamente, o que nos leva a perceber que a “celebração dos costumes antigos” (*mos maiorum*) adquire uma coloração específica, à luz de outro conceito, o de *auctoritas* (“autoridade”).

Entre os textos antigos, possuem o mérito de serem retomados aqueles que, de alguma forma, representam discursos de “autoridade” na constituição da obra, que produzem determinada identidade cultural que se busca reafirmar. Para ficarmos apenas em um exemplo, se considerarmos todas as citações de autores latinos que são apresentadas somente na parte final do Livro XVIII das *Institutiones grammaticae*, chegaremos a uma cifra que vai além de 400 ocorrências, o que não representa mais do que 11 autores, e nos leva a perceber, claramente definida, a existência de uma lista de autores canônicos, autores representativos dessa identidade cultural que se quer afirmar. Assim, a *auctoritas* permite que se evoque uma parte seletiva dessa memória discursiva, relegando ao silêncio aqueles discursos em que não se tinha interesse lembrar.

Conforme sabemos, conceito de *auctoritas* é um valor que perpassa a cultura romana. Ainda no período republicano, encontramos, por exemplo, em Cícero (*Top.*, 19, 73), alguns elementos que engendram a *auctoritas* para o romano de forma ampla:

A *auctoritas* da natureza se encerra amplamente na *uirtus*, porém, na ocasião, há muitas coisas que conferem autoridade: o talento, a riqueza, a idade, a fortuna, a arte, o uso, a necessidade e até mesmo, às vezes, o concurso das coisas fortuitas.¹³ (CÍCERO, *Top.*, 19, 73)

Enraizada no próprio conceito de *uirtus*, para Cícero, a *auctoritas* se produz pelo talento (*ingenium*), arte (*ars*), uso (*usus*) etc. Etimologicamente, Benveniste (1995, p. 150) nos informa que, embora o conceito se vincule à raiz do verbo *augeo* (de sentido básico: “aumentar”), na origem também de *auctor* (“autor”), *augur* (“áugure”), *augustus* (“divino”), na verdade o sentido pleno de *auctoritas* dificilmente se concilia com o sentido básico de acréscimo ou aumento que sugere o verbo no período clássico. Benveniste então defende que, na origem mais remota, *augeo* significava também “promover”, “produzir”, acepções necessárias para se compreender melhor a constituição do conceito:

A noção de *auctor* se diversifica em múltiplas acepções particulares, mas se liga claramente ao sentido primeiro de *augeo* ‘fazer sair, promover’. Dessa maneira, o abstrato *auctoritas* recobra seu pleno valor: é o ato de produção, a qualidade revestida pelo alto magistrado, a validade de um testemunho, o poder de iniciativa etc. [...] Toda palavra pronunciada com *autoridade* determina uma mudança no mundo, cria alguma coisa; essa qualidade misteriosa é que exprime *augeo*, o poder que faz surgir as plantas, que dá vida a uma lei. (BENVENISTE, 1995, p. 152)

¹³ Cf. *Naturae auctoritas in uirtute inest maxima; in tempore autem multa sunt quae afferant auctoritatem: ingenium, opes, aetas, fortuna, ars, usus, necessitas, concurso etiam non nunquam rerum fortuitarum.*

Se *auctoritas* é o conceito que se vincula a “produção” e “criação” e não somente a “acréscimo” e “acúmulo”, derivamos disso que, em Prisciano, retomar os gregos a partir do valor conferido à *auctoritas* significa operar a produção de um novo discurso que esteja relacionado com a matriz de discursos que lhe precedem, ou seja, com a memória discursiva. Trata-se, portanto, de algo mais complexo do que uma mera superposição de elementos antigos. De fato, entendendo tanto o “prefácio” quanto a própria gramática de Prisciano como construções discursivas, inscritas em determinado espaço enunciativo, somos levados a perceber que o enunciado

Supõe uma posição, e é a partir dessa posição que os enunciados (palavras) recebem o seu sentido. Melhor ainda: qualquer uma dessas posições implica uma memória discursiva, de modo que as formulações não nascem de um sujeito que apenas segue as regras da língua, mas do interdiscurso, vale dizer, as formulações estão sempre relacionadas a outras formulações [...] (POSSENTI, 2004, p. 373)

Esse fato parece-nos interessante para repensar a interpretação frequente de que a filiação de Prisciano a Apolônio (e a outros autores gregos) possa representar uma espécie de “continuidade” ou mesmo “servilismo” em relação à tradição clássica, interpretação muitas vezes motivada pela leitura estrita dos termos empregados pelo próprio autor das *Institutiones* quando afirma ser sua meta “traduzir para a língua latina” (*in Latinum transferre sermonem, Ep. ad Iul., GL II, 2, 3*) as obras de Apolônio.

Na verdade, esta é uma leitura que desconsidera o aspecto discursivo e histórico da obra, pressupondo a existência absoluta de um sujeito autoral, capaz de ser “servil” ou “original”. Sobretudo, essas análises, ainda que abundantes na historiografia da Linguística, como mostramos em outro trabalho (FORTES, 2011), ressentem da noção de que o texto produz uma cadeia discursiva, tecendo relações com outros textos; esquecendo-se também de que o próprio gramático, tal como o tomamos, se inscreve como “autor” enquanto “função discursiva” (FOUCAULT, 1992). Mesmo Robins, que citamos há pouco, afirmava, na década de 60, por exemplo, que “na maior parte, eles [Prisciano e Donato], revelam pouca **originalidade**, dando o seu melhor para aplicar a terminologia e as categorias dos gramáticos gregos à

lingua latina” (ROBINS, 1967, p. 54, grifo nosso)¹⁴. Percival (1987, p. 72) afirmava que Prisciano “foi um mero compilador, a partir de suas fontes alexandrinas”¹⁵.

No entanto, parece-nos que é o fato de a obra de Prisciano se filiar a uma formação discursiva caracterizada por evocar o passado grego enquanto memória, com vistas a sustentar um projeto de identidade “greco-romana”, que nos permite compreender não somente a alegação expressa em seu prefácio de se revisitar e “seguir” as obras dos autores gregos, mas também outros elementos que constituem esse longo tratado gramatical, tais como o jogo de citações de autores gregos e latinos que Prisciano traz à baila em suas explicações gramaticais, e as constantes comparações e aproximações entre fenômenos gramaticais codificados em grego e latim – línguas que, de resto, se fazia acreditar bem mais semelhantes do que de fato o são do ponto de vista tipológico.

Por assim dizer, propor em seu prefácio que serão seguidas as obras dos gramáticos gregos nomeados – e não dos latinos, como seria possível supor em uma gramática *do latim* – significa mais que constatar um procedimento de construção baseado na superposição de textos, mas a elaboração de um discurso consistente de apropriação do legado grego em prol da afirmação de uma unidade “greco-romana”. Com efeito, no lado remanescente do Império Romano (cujas instituições ocidentais já sofriam intensa descaracterização em virtude do ingresso de novos povos, os “bárbaros”), o discurso metalinguístico oficial, tal qual aquele engendrado pela gramática de Prisciano, feita sob encomenda e para ser utilizada na “universidade”, haveria de dar conta, de certa forma, das situações de bilinguismo que caracterizava aquela região, mas também se aproveitaria dessa mesma contingência para afirmar a unidade cultural (e também política e ideológica), dessa civilização que relegava à condição de “bárbaras” todas as demais culturas que não fossem grega ou latina, civilizações que, naquele exato momento histórico, eram enfrentadas pelas as legiões de Justiniano em busca de uma “reconquista do Ocidente”.

Porém, em que pese o fato de o discurso gramatical se tornar, dessa maneira, um legítimo defensor das fronteiras culturais greco-romanas, a

¹⁴ Cf. “For the most part, they show little originality, doing their best to apply the terminology and categories of the Greek grammarians to Latin language”.

¹⁵ Cf. “he was a mere compiler, but on his Alexandrian sources”.

apropriação dos discursos gramaticais gregos, em uma obra de análise gramatical do latim, suscita uma reavaliação teórica, por um lado, mas igualmente discursiva, por outro. A apropriação do discurso gramatical grego não suscita a defesa de um modelo “alexandrino” de gramática – que seja helenista ou helenizante –, mas põe em relevo a necessidade de se promover uma reelaboração teórica, adequada à explicação de fatos gramaticais latinos, e discursiva, em defesa de um ideal “greco-romano” de linguagem. Do ponto de vista prático, isso significa que não é bastante compilar ou traduzir informações presentes em manuais de gramática grega – como os de Apolônio Díscolo, Dionísio Trácio ou Dioniso de Halicarnasso – mas é preciso realizar um esforço de adequação dos conceitos ao modelo de linguagem do latim, uma “transferência tecnológica”, que supõe um bom conhecimento de ambas as línguas e culturas, mas faz emergir, dessa relação, a percepção de certa alteridade entre elas.

Para confirmar isso, não precisamos ir muito adiante. Basta considerar que, no mesmo passo onde Prisciano diz estar interessado em “traduzir” as obras antigas, ele mesmo ressalta ter procedido a uma espécie de “seleção” das matérias dignas de serem compiladas:

Portanto, embora reconheça terem eles expurgado quase todas as imperfeições dos antigos comentários gregos, quaisquer das que foram conservadas das artes gramaticais, bem como as terem corrigido com as leis determinadas da razão, reconheço também que depois daqueles não houve entre nós ninguém que os imitasse, porquanto, como julgo, empreendi com audácia (mas não com impudência) tarefa de fato árdua para os homens, mas não incompatível com o dever da profissão: a de traduzir em língua latina, dos preceitos dos varões acima nomeados, **aqueles que me pareceram adequados** [...] ¹⁶ (PRISCIANO, *Ep. ad Iul.*, GL II, 2,1-4, grifo nosso)

¹⁶ *Cum igitur eos omnia fere uita, quaecumque antiquorum Graecorum commentariis sunt relicta artis grammaticae, expurgasse comperio certisque rationis legibus emendasse, nostrorum autem neminem post illos imitatore eorum exitisse, quippe in negligentiam cadentibus studiis literarum propter inopiam scriptorum, quamuis audacter, sed non impudenter, ut puto, conatus sum pro uiribus rem arduam quidem, sed officio professionis non indebitam, supra nominatorum praecepta uirorum, quae congrua sunt uisa, in Latinum transferre sermonem.*

Em outras palavras: não é o caso de contestar peremptoriamente o peso do *mos maiorum* e da *auctoritas* como conceitos indissociáveis para a compreensão do caráter greco-romano da obra de Prisciano; é o caso, porém, de compreendermos tais conceitos de forma ampla, ao entendermos o funcionamento da obra prefaciada como um “discurso metalinguístico”, gerado e sustentado, é verdade, pela relação histórica de bilinguismo e contato entre as culturas grega e latina, mas que produz uma transformação desses saberes, em prol da elaboração de um novo discurso sobre as línguas. Como afirma Auroux (1992, p. 29), “as grandes transformações dos saberes lingüísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem”.

O papel da imitatio na elaboração do discurso gramatical em Prisciano

Resta avaliarmos, nesta seção, a que ponto podemos atribuir o discurso expresso por Prisciano em seu “prefácio”, à prática do procedimento de criação literária que os antigos conheciam como *imitatio* (“imitação”).

Na cultura romana, a elaboração de um novo texto a partir de outros textos, isto é, a “recriação” a partir de um modelo, configurava o procedimento criativo básico que caracterizou inescapavelmente boa parte da literatura latina: “a aceitação geral da imitação greco-romana é um elemento essencial durante toda a produção literária”¹⁷ (RUSSELL, 1979, p. 1). Decalque do grego *mimesis* (μίμησις), a *imitatio* latina representou, sem dúvida, a expressão conjunta dos valores da *auctoritas* e do *mos maiorum* para a constituição particular dos discursos e, como tal, já comparecia em Quintiliano (séc. I d.C.) como uma necessidade:

Com efeito não se pode duvidar que grande parte da arte consiste na imitação. Pois, de fato, da mesma maneira como inventar foi o principal e continua como o mais importante, é útil seguir o que foi bem inventado.¹⁸ (QUINTILIANO, *Inst. or.*, X, 2, 1)

¹⁷ Cf. “The relationship between the Latin genres and their Greek exemplars may best be seen as a special case of a general Greco-Roman acceptance of imitation as an essential element in all literary composition”.

¹⁸ Cf. *Neque enim dubitari potest, quin artis pars magna contineatur imitatione. Nam ut inuenire primum fuit estque praecipuum, sic ea, quae bene inuenta sunt, utile sequi.*

Como se vê, para Quintiliano, a *imitatio*, como adequação ao formato modelar, é um valor a ser cultivado, embora também possuísse ela própria certos limites¹⁹. Em Sêneca, a *imitatio* latina conferia destaque para os pósteros, capazes de já encontrarem as palavras “prontas”:

A condição melhor é a do último: encontra as palavras prontas, que, construídas de outra maneira, possuem nova face. E não lançam mão delas como algo de outro, pois são públicas.²⁰ (SÊNeca, *Ep. mor.*, 79, 6)

Assim, a *imitatio* latina, representa um procedimento que não somente busca reproduzir as obras exemplares da tradição, mas também realiza uma função transformadora, *i.e.*, instaura um novo texto a partir de outro(s). Dito de outro modo, o que as passagens de Sêneca e Quintiliano há pouco citadas nos fazem perceber é que a formulação do conceito de *imitatio*, tal como se apresenta nos discursos desses autores antigos, apontava para o fato de que um discurso pressupõe sempre a existência de um interdiscurso, dando-se conta de que “um discurso não nasce de um retorno às próprias coisas, mas de um trabalho sobre outros discursos” (POSSENTI, 2004, p. 382).

No caso do “prefácio” de Prisciano, é preciso reconhecer que a *imitatio* se anuncia quando se propõe escrever a obra a partir dos tratados modelares gregos, seguindo, nesse sentido, um “formato” já consagrado²¹. A

¹⁹ De acordo com Pereira (2006, p. 29), a teoria da *imitatio*, em Quintiliano, vincula-se à sua preocupação “pedagógica”, possuindo, de resto, seus limites. O orador crítico deveria utilizar o princípio da *imitatio* como um modo eficaz de começar, mas em algum momento deveria ser encorajado a encontrar seu próprio estilo: “Por que, então, não podemos descobrir algo que não tenha existido antes?” (Cf. *Cur igitur nefas est reperiri aliquid a nobis quod ante non fuerit?*).

²⁰ Cf. *Conditio optima est ultimi: parata verba inuenit, quae aliter instructa nouam faciem habent. Nec illis manus incit tamquam alienis; sunt enim publica.*

²¹ Nesse ponto, concordamos com Cairus (2011, p. 126) que a adoção de um formato supõe o reconhecimento de um referencial já conhecido: “para os gramáticos latinos, o que aferia tal mérito literário era a inovação dentro de um formato consideravelmente fechado e oriundo, em grande parte, da leitura que esses romanos faziam dos textos gregos. Mais do que o gênero ou a métrica, o que se chama aqui de ‘formato’ refere-se a um conjunto mais extenso de fatores, que incluem até mesmo as preferências temáticas e nomes de personagens originalmente banais, mas que remetem a um referencial que se supõe conhecido”.

apresentação dos nomes de Apolônio Díscolo e Herodiano são indícios na superfície do texto da memória discursiva retomada por Prisciano, em cuja chave suas *Institutiones grammaticae* deveriam, doravante, ser lidas.

Considerações Finais

Evocar a memória dos textos gregos não significava, evidentemente, repetir acriticamente ou refutar de imediato tais formulações. Prisciano propõe uma conciliação entre esses extremos: ao mesmo tempo que anuncia tais autores como os “melhores mestres”, não se exime de buscar a tarefa “difícil” de corrigir os seus erros, isto é, de buscar mecanismos de aperfeiçoamento em sua análise, sem refutar essencialmente os textos evocados como “modelares”. O que limitaria essa proposta de “aperfeiçoamento” dos modelos é, exatamente, a formação discursiva em que a obra se filia, que tem como princípio, exatamente, a defesa da continuidade entre as duas tradições, e produz um discurso francamente regulado pelo aparelho ideológico de um império em busca da reafirmação de sua identidade cultural por meio da defesa da unidade greco-romana.

Sem nos alongarmos muito, basta ver que, além do prefácio, também em outras partes da obra esse discurso de retomada da tradição grega e de emulação se faz presente. Na introdução do Livro XVII, por exemplo, podemos ler:

Visto que, nos livros outrora propostos sobre as partes da oração, seguimos, na maior parte, a autoridade de Apolônio, além disso, se pudemos também acrescentar-lhe alguma coisa de novidade – do mesmo modo, sem omitir elementos necessários de outros, quer dos nossos, quer dos gregos –, não nos recusemos agora também a inserir, caso seja considerado conveniente, algo dos outros ou dos nossos acerca da ordenação ou construção das palavras, que o gregos chamam

de σύνταξις, seguindo, ainda, os passos daquele o quanto possível.²² (PRISCIANO, *Inst. gram.* XVII, GL III, 107,1-108,4)

Essa passagem ecoa, por assim dizer, a afirmativa que Prisciano faz também na epístola a Juliano, de que teria realizado um esforço de selecionar somente as partes “necessárias” e “condignas”, ainda que fosse preciso recorrer a autores outros, de fala grega ou latina:

Reuni, também, quase todas as coisas necessárias dos nossos, que do mesmo modo se encontram nos comentários das artes gramáticas, o que acreditei possuir uma consistência condigna.²³ (PRISCIANO, *Ep. ad. Iul.*, GL II,1, 2-3)

Somos, assim, levados a desconfiar das considerações da filologia tradicional, que apregoa(va) um certo continuísmo “pouco original” nos textos gramaticais latinos, em relação aos trabalhos “originais” dos gregos, relegando a obra de Prisciano à condição de ser uma colagem de citações ou uma superposição de textos traduzidos/adaptados de Apolônio Díscolo. Além disso, a análise da obra de Prisciano, sob o viés dos conceitos de memória discursiva e *imitatio*, tal como apresentamos aqui, leva-nos a produzir uma reavaliação daqueles trabalhos recentes da historiografia da linguística que, trabalhando com a noção de “ciência” como categoria estável, frequentemente desconsideram as questões culturais e discursivas que perpassam os modelos de análise da linguagem. Tendo a obra de Prisciano como um ponto de observação, ao analisar o seu prefácio e também suas explicações gramaticais, somos levados a perceber o processo de transferência tecnológica entre o discurso gramatical grego e o latino, mas, sobretudo,

²² Cf. *Quoniam in ante expositis libris de partibus orationis in plerisque Apollonii auctoritatem sumus secuti, aliorum quoque siue nostrorum siue Graecorum non intermittentes necessaria et si quid ipsi quoque noui potuerimus addere, nunc quoque eiusdem maxime de ordinatione siue constructione dictionum, quam Graeci σύνταξιν uocant, uestigia sequentes, si quid etiam ex aliis uel ex nobis congruum inueniatur, non recusemus interponere.*

²³ Cf. *quaecumque necessaria nostrorum quoque inueniuntur artium commentariis grammaticorum, quod gratum fore credidi temperamentum.*

podemos deflagrar a constituição de um discurso teórico em defesa de uma identidade cultural greco-romana.

Referências

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução Eni Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992.

BALLAIRA, G. *Prisciano i suoi amici*. Turim: G. Giappichelli, 1989.

BARATIN, M. *La naissance de la Syntaxe a Rome*. Paris: Minuit, 1989.

BENVENISTE, E. *O vocabulário das instituições indo-européias*. Tradução D. Bottmann. Campinas: UNICAMP, 1995. 2v.

CAMERON, A. *The Later Roman Empire*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993.

CÍCERO. *Topica*. Tradução para o inglês de H. M. Hubbel. The Loeb Classical Library. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993.

FORTES, F. S. A Linguística e sua história ou: como os linguistas olham para a Antiguidade? In: SILVA, R. G. A. et al. *Ciências humanas em debate*. Recife: EdUFRPE, 2011. p. 132-166.

FORTES, F. S. *Sintaxe greco-romana: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na história do pensamento gramatical antigo*. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Tradução Antônio Fernando Cascais; Eduardo Cordeiro. Lisboa: Veja; Passagens, 1992.

KEIL, H. [Ed.]. *Grammatici Latini*. Leipzig: Teubner, 1855-1880 (repub. Hildesheim: Olms, 1981).

- LAW, V. La grammaire latine durant le haut moyen âge. In: AUROUX, S. (Org.). *Histoire des idées linguistiques*. Mardaga, 1992.
- LEMERLE, P. *História de Bizâncio*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- PERCIVAL, W. K. Deep and surface structure concepts in renaissance and mediaeval syntactic theory. In: PARRET, H. (ed.) *History of linguistic thought and contemporary Linguistics*. Nova York: Walter de Gruyter, 1976.
- POSSENTI, S. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 353-392.
- PRISCIANO. *Institutionum grammaticarum libri XVII & XVIII*. In: KEIL, H. [Ed.]. *Grammatici Latini*. Leipzig: Teubner, 1855-1880 (repub. Hildesheim: Olms, 1981).
- QUINTILIANO. M. *Fabii Quintiliani Institutionis oratoriae libri duodecim*. M. Winterbottom (Ed.). Oxford: Clarendon, 1989. 2v.
- ROBINS, R. H. *The Byzantine Grammarians – their place in History*. Nova York: Mouton de Gruyter, 1993.
- ROBINS, R. H. *Ancient & mediaeval grammatical theory in Europe*. Londres: G. Bell & Sons, 1951.
- ROCHA PEREIRA, M. H. *Estudos da história da cultura clássica*. 10. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2006. 2v.
- RUSSELL, D. A. De imitatione. In: WEST, D.; WOODMAN, A. J. *Creative imitation and Latin literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- SENECA. *Ad Lucilium Epistulae Morales*. L. D. Reynolds (Ed.). v. I-II. New York: Oxford University Press, 1965.
- SENECA. *Cartas a Lucílio*. Tradução J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Gulbenkian, 1991.

SWAIN, S.; EDWARDS, M. *Approaching Late Antiquity*. The transformations from early to late empire. Oxford: Oxford University Press, 2003.

VASILIEV, A. A. *History of the Byzantine Empire*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1964. 2v.

Recebido em: 01/04/2015

Aceito: 02/07/2015